

ASSOCIAÇÃO MUSEU DE ARTE SACRA DE SÃO  
PAULO (SAMAS)

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019

# ASSOCIAÇÃO MUSEU DE ARTE SACRA DE SÃO PAULO (SAMAS)

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019

## Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Administradores e Conselheiros da  
Associação Museu de Arte Sacra de São Paulo (SAMAS)  
São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Museu de Arte Sacra de São Paulo (SAMAS), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Museu de Arte Sacra de São Paulo (SAMAS) em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem fins lucrativos.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Incerteza significativa

#### Continuidade operacional

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 8.b às demonstrações contábeis, a principal fonte de receita da Associação é provida pelo Governo do Estado de São Paulo, firmado por meio de um Contrato de Gestão, que custeia as principais atividades desenvolvidas pela Associação. O referido Contrato de Gestão, também tem metas e indicadores de desempenho que devem ser performados.

Não obstante, o Contrato de Gestão "nº002/2018 - 1º Termo de Adiantamento", tem o prazo de vigência até 30 de junho de 2023. A Associação pode ser contratada novamente, se for atestado o bom desempenho na execução do contrato atual e desde que a proposta da Associação, seja selecionada na convocação pública, conforme legislação vigente. Chamamos a atenção, para os riscos relacionados a continuidade operacional da Associação, caso a mesma não seja selecionada na convocação pública, para administrar o novo Contrato de Gestão, uma vez, que existe uma dependência regular do recebimento dos recursos deste contrato para a manutenção das atividades operacionais da Associação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## Outros assuntos

### Auditoria do exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 26 de fevereiro de 2019.

### Responsabilidades da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as Entidades sem finalidades de lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2020.

# ASSOCIAÇÃO MUSEU DE ARTE SACRA DE SÃO PAULO (SAMAS)

## Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2019	2018		Nota explicativa	2019	2018
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	114.200	278.101	Fornecedores		66.337	13.693
Recursos vinculados	5	1.794.958	2.333.550	Outras contas a pagar		124.005	25.093
Outros créditos		53.267	33.148	Obrigações trabalhistas e encargos sociais	7	438.064	481.454
		<u>1.962.425</u>	<u>2.644.799</u>	Projetos vinculados a executar	8	1.163.261	1.787.766
						<u>1.791.667</u>	<u>2.308.006</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo				Provisão para contingência	9	80.095	55.715
Imobilizado	6	618.426	713.090	Obrigações com o estado (ativo imobilizado)	10	609.487	713.090
		<u>618.426</u>	<u>713.090</u>			<u>689.582</u>	<u>768.805</u>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Patrimônio social	11	281.078	317.802
				Déficit do exercício	11	(181.476)	(36.724)
						<u>99.602</u>	<u>281.078</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>2.580.851</u></u>	<u><u>3.357.890</u></u>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<u><u>2.580.851</u></u>	<u><u>3.357.890</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# ASSOCIAÇÃO MUSEU DE ARTE SACRA DE SÃO PAULO (SAMAS)

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

	Nota explicativa	2019	2018
Receita operacionais			
Com restrição - atividades culturais			
Contrato de gestão			
Créditos de órgão público		8.183.235	9.055.539
Captação de recursos		55.242	45.010
Outros créditos/despesas recuperadas		105.026	108.360
Receitas financeiras		131.605	134.247
		<u>8.475.108</u>	<u>9.343.157</u>
Patrocínio, leis de incentivo e etc.			
Pronac	8	318.203	(2.627)
		<u>318.203</u>	<u>(2.627)</u>
Total das receitas com restrição		<u>8.793.311</u>	<u>9.340.529</u>
Sem restrição			
Cursos		498.590	435.903
Outros créditos/despesas recuperadas		780	1.486
Gratuidade - serviços voluntários		6.570	7.091
Receitas financeiras		11.863	15.723
Total das receitas sem restrição		<u>517.803</u>	<u>460.203</u>
Total das receitas operacionais	12	<u>9.311.113</u>	<u>9.800.732</u>
Custos e despesas operacionais			
Com restrição - atividades culturais			
Despesas com pessoal	13	(3.886.501)	(4.199.392)
Prestadores de serviços	14	(1.872.438)	(1.831.667)
Despesas gerais e administrativas	15	(1.311.983)	(1.345.381)
Programa de exposição e programação cultural	16	(1.566.367)	(1.797.300)
Depreciação e amortização	6	(152.490)	(153.498)
Baixa de imobilizado		(3.532)	(13.292)
Total das despesas com restrição		<u>(8.793.311)</u>	<u>(9.340.529)</u>
Sem restrição			
Prestação de serviços		(458.909)	(298.755)
Despesas administrativas		(94.846)	(129.183)
Programa de exposições e programação cultural		(121.356)	(56.742)
Despesas financeiras		(16.555)	(5.156)
Depreciação e amortização		(1.042)	-
Gratuidades - serviços voluntários		(6.570)	(7.091)
Total das despesas sem restrição		<u>(699.279)</u>	<u>(496.927)</u>
Total das despesas operacionais		<u>(9.492.590)</u>	<u>(9.837.456)</u>
Deficit do exercício		<u>(181.476)</u>	<u>(36.724)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# ASSOCIAÇÃO MUSEU DE ARTE SACRA DE SÃO PAULO (SAMAS)

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

---

	2019	2018
Prejuízo do exercício	<u>(181.476)</u>	<u>(36.724)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u><u>(181.476)</u></u>	<u><u>(36.724)</u></u>

---

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

---



# ASSOCIAÇÃO MUSEU DE ARTE SACRA DE SÃO PAULO (SAMAS)

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

(Em Reais)

	Patrimônio social	Déficit (superávit) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	317.802	317.802
Incorporação do déficit do exercício anterior	(317.802)	317.802	-
Déficit do exercício	-	(36.724)	(36.724)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(317.802)	598.880	281.078
Incorporação do déficit do exercício anterior	(36.724)	36.724	-
Déficit do exercício	-	(181.476)	(181.476)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(354.526)	454.128	99.602

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# ASSOCIAÇÃO MUSEU DE ARTE SACRA DE SÃO PAULO (SAMAS)

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(181.476)	(36.724)
Ajustes por		
Depreciação e amortização	153.532	153.498
Provisão para contingências	24.380	(2.697)
Baixas de ativo imobilizado	3.532	13.292
Variação nos ativos e passivos		
Aumento /(redução) nos ativos em		
Outros créditos	(20.119)	9.636
Aumento /(redução) nos passivos em		
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	(43.391)	(117.145)
Fornecedores e outras contas a pagar	151.556	(109.278)
Projetos vinculados a executar	(728.107)	(32.897)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>(640.093)</u>	<u>(122.315)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(62.400)	(71.375)
Recursos vinculados	538.593	156.056
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	<u>476.193</u>	<u>84.681</u>
(=) Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(163.901)</u>	<u>(37.634)</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	278.101	315.735
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	114.200	278.101
(=) Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(163.901)</u>	<u>(37.634)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1. Contexto operacional

A Associação Museu de Arte Sacra de São Paulo (SAMAS) foi fundada em 18 de maio de 1992, sob o CNPJ 67.848.994/0001-71, cuja sede social está localizada na Avenida Tiradentes, 676 - São Paulo - SP. A Associação é uma instituição privada, sem fins lucrativos, que tem objetivos de natureza cultural que se constituem na colaboração técnica, operacional e financeira, visando a preservação, conservação e difusão do acervo e das atividades do Museu de Arte Sacra de São Paulo.

Em 07 de maio de 2007, a Associação foi qualificada como organização social da área da Cultura pelo Governo do Estado de São Paulo (Secretaria da Cultura), manifesto publicado no Diário Oficial em 08 de maio de 2007. A Associação é um órgão vinculado à Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico.

Considerada uma entidade sem fins lucrativos, a Associação é isenta de contribuições e impostos federais, de acordo com as disposições da Constituição Federal.

Em 2019 a SAMAS iniciou as atividades do novo Contrato de Gestão para gerenciamento do equipamento Cultural Museu de Arte Sacra de São Paulo, com vigência de 4 anos e meio, de 1º de janeiro de 2019 à 30 de junho de 2023, sendo este assinado em dezembro de 2018 sob nº 02/2018.

Durante este período do vigente contrato haverá a comemoração do jubileu de ouro referente aos 50 anos do Museu de Arte Sacra de São Paulo, que será celebrado em junho de 2020, tendo a instituição SAMAS participado de parte significativa de sua história, em mais da metade de sua existência.

Cabe ressaltar, que a SAMAS mantém publicados em seu site, os Relatórios trimestrais e anuais, Balanços Patrimoniais, Demonstrações Contábeis e Pareceres da Auditoria e da Secretaria, seguindo as determinações da legislação da transparência do Estado de São Paulo.

A SAMAS pratica em todas as suas atividades e ações a regra da boa administração, atuando com economicidade e otimizando tempo, mão-de-obra e recursos, sempre visando manter a qualidade dos trabalhos e atividades desenvolvidas, além da ampliação de ações oferecidas ao público.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1. Base de apresentação das demonstrações contábeis

#### Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Associação, findas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, considerando a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) TG 07 (R1), aprovada pela Resolução nº 1.305/10 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1), aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, bem como pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo CFC.

Os demonstrativos contábeis foram aprovados pela Diretoria Executiva em 13 de fevereiro de 2020.

#### Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

#### Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Associação é o Real (R\$). Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais com centavos suprimidos, exceto quando indicado de outra forma.

#### Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, e exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

### 3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

#### a. Instrumentos financeiros

##### Ativos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Associação tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

##### Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo, por meio do resultado, caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

##### Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Associação tem o seguinte passivo financeiro não derivativo: fornecedores e outras contas a pagar.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado pelo método dos juros efetivos.

## Caixa e equivalentes de caixa

São representados por valores de liquidez imediata e com vencimento original de até 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor, apresentados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustadas, quando aplicável, ao seu equivalente valor de mercado, se inferior ao saldo contábil. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras.

- b. Apuração do superávit/déficit e reconhecimento das receitas e despesas de recursos vinculados

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

Recursos vinculados compreendem aos valores recebidos pela Associação e que somente poderão ser utilizados em propósitos específicos, conforme determinado em seus respectivos contratos. Estes recursos possuem como contrapartida a conta de projetos a executar. Os valores recebidos e empregados do Contrato de Gestão e Projetos Especiais originados de contratos com a Secretaria da Cultura e Lei Rouanet, são registrados da seguinte forma:

- Recebimento dos recursos: Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de caixa e equivalentes de caixa e o crédito de projetos a executar no passivo circulante, conforme observado na NBC TG 07 (R1);
- Consumo como despesa: Quando ocorrem os gastos do Contrato de Gestão e dos recursos incentivados, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida no passivo circulante, e o reconhecimento da receita é registrado a débito do passivo de projetos a executar. Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos-futuros serão gerados em favor do Instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

- c. Rendimento de aplicações financeiras

Quando ocorre o rendimento de aplicações financeiras de recursos incentivados são reconhecidos a débito de caixa e equivalentes de caixa e a crédito de projetos a executar no passivo circulante.

d. Imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

- Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

- Móveis e utensílios: 10 anos;
- Máquinas e equipamentos: 10 anos;
- Software: 05 anos;
- Equipamentos de informática e comunicação: 05 anos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e. Avaliação ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Administração da Associação revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão para "Redução ao valor recuperável", ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

f. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Administração da Associação não pratica transações significativas de vendas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

## Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Associação tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

### g. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Associação e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

### h. Gerenciamento de risco

A Associação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de crédito;
- Risco de mercado.

A Associação apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Associação, as políticas e os processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 18.



## Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Associação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação.

## Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. Em 31 de dezembro de 2019, não havia contingências com avaliação de risco “perda possível”.

### i. Demonstração dos fluxos de caixa

A Administração da Associação apresenta os fluxos de caixa às atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o resultado líquido é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesas associadas com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2019	2018
Caixa	2.033	129
Aplicações financeiras	112.167	277.972
Total	114.200	278.101

Os saldos são representados, basicamente, pelos recursos oriundos dos cursos ministrados pela SAMAS.

## 5. Recursos vinculados

Descrição	2019	2018
Recursos vinculados - Contrato de gestão		
Caixa	2.822	4.419
Bancos conta movimento	3.905	1.364
Aplicações financeiras	1.787.631	2.051.393
	<u>1.794.357</u>	<u>2.057.176</u>
Recursos vinculados - Leis de incentivo		
Bancos conta movimento	600	157.064
Aplicações financeiras	-	119.310
	<u>600</u>	<u>276.374</u>
Total	<u>1.794.958</u>	<u>2.333.550</u>

O saldo em caixa é representado, principalmente, por entradas de transferências de recursos bancários e saídas por pagamentos de pequenas despesas e corresponde ao saldo do último dia do ano.

Os saldos de bancos contam movimento são representados, principalmente, por contas-correntes mantidas em instituições financeiras nacionais.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e são remunerados às taxas que variam entre 77,93% a 88,98% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2019.

Os recursos vinculados a projetos de Contrato de Gestão e Leis de Incentivo referem-se substancialmente a recursos recebidos pela Administração da Associação provenientes de repasses do Contrato de Gestão, receitas de bilheteria, loja, contribuição e projetos de captação vias leis de incentivos Estadual (ProAC) e Federal (Pronac), que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados e passivos vinculados com pessoal e fornecedores de materiais e serviços. Também estão incluídas as aplicações correspondentes aos 6% retidos dos recursos repassados no primeiro ano de execução do contrato de gestão e 1% dos recursos repassados anualmente, a título de fundo de reserva e contingência conforme cláusula contratual. Essas aplicações somente poderão ser utilizadas na hipótese de atraso, por parte da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, no repasse dos recursos, e sendo condicionada à liberação após aprovação do Conselho de Administração da Associação.

## 6. Imobilizado

- a) Os detalhes do ativo imobilizado da Associação estão demonstrados nas tabelas a seguir:

Descrição	Taxas de depreciação/ amortização (%)	Custo	2019		2018
			Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido
Contrato de gestão					
Móveis e utensílios	10	417.616	(211.328)	206.288	241.558
Equip. proc. de dados	20	225.525	(166.368)	59.157	56.171
Máquinas e equipamentos	10	197.305	(89.537)	107.768	110.037
Direito de uso de software	20	187.254	(141.672)	45.582	77.903
Obras e esculturas	-	81.400	-	81.400	81.400
Ferramentas	10	1.464	(49)	1.415	
Contêineres habitáveis	10	292.042	(175.226)	116.816	146.021
<b>Total</b>		<b>1.402.606</b>	<b>(784.180)</b>	<b>618.426</b>	<b>713.090</b>

O ativo imobilizado da Associação está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente em suas atividades. As adições ocorridas durante o exercício de 2019 foram necessárias para a continuidade das atividades de operacionalização e para atendimento ao Contrato de Gestão.

A Administração da Associação, em atendimento ao contrato de gestão, comunica à unidade gestora todas as aquisições de bens móveis e imóveis que foram realizadas, bem como o acervo adquirido ou doado para ser patrimoniado pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa no prazo de 30 dias após sua ocorrência.

- b) Movimentações do ativo imobilizado

	Imobilizado Contrato de Gestão		
	Custo	Depreciação	Residual
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.366.544	(653.454)	713.090
Adições	62.400	(153.532)	(91.132)
Baixas	(26.338)	22.806	(3.532)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.402.606</b>	<b>(784.180)</b>	<b>618.426</b>

## 7. Obrigações trabalhistas e encargos sociais

Descrição	2019	2018
Provisão de férias	206.757	265.627
Salários a pagar	125.672	134.717
Rescisão a pagar	-	-
Autônomo	10.709	-
Outras obrigações a pagar	19.637	-
INSS a recolher	56.919	60.819
FGTS a recolher	16.723	18.943
PIS a recolher	1.647	1.348
Total	<u>438.064</u>	<u>481.454</u>

## 8. Projetos vinculados a executar

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Associação e os rendimentos financeiros desses recursos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo):

Descrição	Contrato de Gestão nº 07/2013 (a)	Contrato de Gestão nº 02/2018 (a)	Proac nº 25734 (c)	Pronac nº 158572 (d)	Pronac nº 170768 (e)	Pronac nº 182369 (f)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.706.615	-	-	18.633	-	-	1.725.247
(+) Adições							
Repasses recebidos	8.764.900	-	116.733	-	600	156.414	9.038.647
Recursos de aplicações financeiras (i)	131.086	-	3.162	-	-	-	134.248
Outras receitas financeiras (i)	449	-	50	-	-	-	499
Captação de recursos (ii)	152.872	-	-	-	-	-	152.872
	10.755.922	-	119.945	18.633	600	156.414	11.051.514
(-) Gastos realizados							
Transferência para imobilizado	-	-	-	-	-	-	-
Consumo (i)	95.416	-	-	-	-	-	95.416
Receitas de aplicações financeiras (ii)	(131.086)	-	(3.162)	-	-	-	(134.248)
Outras Receitas Financeiras	(449)	-	(50)	-	-	-	(499)
Captação de recursos (iii)	(152.872)	-	-	-	-	-	(152.872)
Reconhecimento de receita	(9.055.539)	-	2.627	(18.633)	-	-	(9.071.545)
	(9.244.530)	-	(585)	(18.633)	-	-	(9.263.748)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.511.392	-	119.360	-	600	156.414	1.787.766
(+) Adições							
Repasses recebidos	-	7.750.000	163	-	-	45.000	7.795.163
Recursos de aplicações financeiras (i)	2.881	118.986	3.515	-	-	6.224	131.605
Outras receitas financeiras (i)	-	673	-	-	-	-	673
Transferências entre contratos	-	1.024.055	-	-	-	-	1.024.055
Captação de recursos (ii)	20.382	139.212	-	-	-	-	159.594
	1.534.655	9.032.926	123.039	-	600	207.638	10.898.858
(-) Gastos realizados							
Transferência para imobilizado	-	103.602	-	-	-	-	103.602
Consumo (i)	-	-	-	-	-	-	-
Receitas de aplicações financeiras (ii)	(2.881)	(118.986)	(3.515)	-	-	(6.224)	(131.605)
Outras receitas financeiras	-	(673)	-	-	-	-	(673)
Captação de recursos (iii)	(20.382)	(139.212)	-	-	-	-	(159.594)
Transferência entre contratos	(1.024.055)	-	-	-	-	-	(1.024.055)
Outras Movimentações	(19.029)	-	-	-	-	-	(19.029)
Devolução	(68)	-	(2.735)	-	-	-	(2.803)
Reconhecimento receita	(468.240)	(7.714.995)	(116.789)	-	-	(201.414)	(8.501.438)
	(1.534.655)	(7.870.265)	(123.039)	-	-	(207.638)	(9.735.596)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	1.162.661	-	-	600	-	1.163.261

- (i) Referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social;
- (ii) Referem-se ao rendimento das aplicações financeiras dos recursos vinculados ao contrato de gestão que são reconhecidos no ativo em contrapartida aos projetos a executar;
- (iii) Referem-se aos montantes captados como contrapartida do contrato de gestão para a realização dos eventos ao longo do exercício.

Além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto do Contrato de Gestão, a Associação também mantém as seguintes fontes de recursos:

- Receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como bilheterias;
- Receitas advindas da utilização de seus espaços físicos;
- Doações, legados e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras;
- Rendimentos de aplicações e ativos financeiros.

Por força do Contrato de Gestão, a Associação está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente avaliadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão da Secretaria de Cultura e Economia Criativa. No caso de não cumprimento dessas metas, a Associação poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução dos repasses contratados.

Os relatórios trimestrais relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram preparados e encaminhados para a Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM) da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, aguardando a formalização conclusiva da sua análise, assim como será enviado no mês de fevereiro de 2019 o relatório das atividades do 4º trimestre e o relatório anual 2019.

Os recursos provenientes do Contrato de Gestão são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos, em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela remanescente a ser aplicada no projeto, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação.

(a) Contrato de gestão - nº 007/2013

O contrato de gestão nº 007/2013 teve início em 01 de janeiro de 2014 e término em 31 de dezembro de 2018. Para a execução do objeto do contrato de gestão, que compreende do fomento, operacionalização da gestão e execução das atividades na área cultural referentes ao Museu de Arte Sacra de São Paulo, a Associação recebeu do Poder Público, nos prazos e condições acordados, a importância global de R\$ 40.644.477,50, através de repasses anuais da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo.

Os saldos das contas do repasse deste contrato de gestão, captação de recursos incentivados e do fundo de contingência, geraram uma reversão de saldo no valor de R\$ 1.437.843,93, que foi transferida para o novo contrato de gestão nº 002/2018.

(b) Contrato de gestão - nº 002/2018

O contrato de gestão nº 002/2018 teve início em 01 de janeiro de 2019 e seu prazo de vigência será até 30 de junho de 2023.

Para execução do objeto do Contrato de Gestão, que compreende do fomento, operacionalização da gestão e execução das atividades na área cultural referentes ao Museu de Arte Sacra de São Paulo, a Associação receberá do Poder Público, nos prazos e condições acordados, a importância global de R\$ 35.367.843,93.

Deste montante R\$ 1.437.843,93 correspondem a reversão do saldo remanescentes do contrato de gestão nº 007/2013 e o montante de R\$ 33.930.000,00 de repasses que será recebida da seguinte forma:

Exercícios	Valor do repasse
Contrato 002/2018	
2019	7.750.000
2020	7.480.000
2021	7.480.000
2022	7.480.000
2023	3.740.000
Total	<u>33.930.000</u>

Em dezembro de 2019, o contrato de Gestão, recebeu seu 1º termo de aditamento, com o acréscimo financeiro no valor de R\$ 270.000,00 referente a alteração do plano técnico de trabalho. Contempla neste aditamento o projeto, MAS itinerante, uma mostra inclusiva, para alcançar municípios do interior paulista, composta de réplicas exatas dos originais, baseado em impressão 3D, de parte de seu o acervo.

(c) Programa de incentivo à cultura do Estado de São Paulo - ProAC nº25734 - Edificações no Tempo

O Projeto contemplou a publicação do livro "As edificações no tempo: olhares sobre a conservação Composto por inúmeros textos de autorias diversas com conceitos e experiências de preservação e conservação preventiva do patrimônio histórico edificado paulista e brasileiro. O livro foi publicado no 2º Semestre de 2019 com seu lançamento em 24 de outubro de 2019.

O Projeto foi aprovado no montante de R\$ 116.739,93 sendo captado integralmente este valor no exercício de 2018.

(d) Lei Rouanet - PRONAC nº 158572 - Plano Anual de Atividades

Os recursos provenientes do projeto correspondem ao plano anual 2016 da Associação Museu Arte Sacra de São Paulo (SAMAS) com as seguintes atividades: realização de exposições temporárias; exposição itinerante; preservação dos acervos museológico, bibliográfico e arquivístico, por meio de ações de conservação preventiva; expansão das ações e estratégias educativas para mediação do acervo; utilização do espaço cedido pela Companhia Metropolitana de São Paulo - Metrô - sala de exposição para parte do acervo do Museu de Arte Sacra.

O Projeto foi aprovado no montante de R\$ 1.916.290, sendo captado até 2018 o montante de R\$ 16.200. O Projeto foi encerrado no mesmo ano e o valor captado recolhido para o Fundo Nacional da Cultura (FNC).

(e) Lei Rouanet - PRONAC nº 170768 - Exposição Fé, Engenho e Arte Três Franciscos - Mestres do Barroco no Brasil

Os recursos provenientes do projeto preveem a realização de uma grande exposição de arte sacra brasileira intitulada "FÉ, ENGENHO E ARTE - Três Franciscos - Mestres do Barroco no Brasil", a qual reunirá, pela primeira vez na Itália, peças de Antônio Francisco Lisboa (Aleijadinho), Francisco Xavier de Brito e Francisco Vieira Servas, permitindo a valorização da cultura nacional, considerando suas várias matrizes, bem como, promovendo a difusão das expressões culturais brasileiras no exterior.

O projeto foi aprovado no montante de R\$ 4.495.768,44, sendo captado até 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$ 600,00, prorrogado para captação até 31 de dezembro de 2020.

(f) Lei Rouanet - PRONAC nº 158572 - Livro 50 Anos CONDEPHAAT

Os recursos provenientes do projeto corresponderam a publicação do livro "CONDEPHAAT 50 anos - Registros de uma trajetória", com a história da defesa, proteção, valorização e divulgação do patrimônio cultural no Estado de São Paulo ao longo de 50 anos do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo - CONDEPHAAT, órgão oficial de preservação dos patrimônios históricos, arqueológicos, artísticos e turísticos do Estado de São Paulo. Subordinado à Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo. O livro foi publicado no 2º Semestre de 2019 com seu lançamento em 09 de dezembro de 2019.

O Projeto foi aprovado no montante de R\$ 221.872,61, sendo captado até o exercício 2019 o montante de R\$ 201.414,33.



## 9. Provisão para contingências

A Associação está suscetível a ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisa essas demandas judiciais pendentes e, quanto às ações com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, pode constituir provisão para as causas com expectativa de perda considerada provável.

Segundo a avaliação efetuada pelos assessores jurídicos da Associação, as contingências relacionadas com processos administrativos e judiciais na esfera trabalhista estão resumidas e classificadas pelo critério de probabilidade de perda, conforme segue:

### a) Composição

Contingência	Depósito judicial	Probabilidade de perda (2019)			Total
		Provável	Possível	Remota	
Trabalhista	-	80.095	-	-	80.095
Total	-	80.095	-	-	80.095

  

Contingência	Depósito judicial	Probabilidade de perda (2018)			Total
		Provável	Possível	Remota	
Trabalhista	-	55.715	-	-	55.715
Total	-	55.715	-	-	55.715

### b) Movimentação da provisão para contingências

Descrição	2018	Adição	Baixas	2019
Trabalhista	55.715	24.380	-	80.095
Total	55.715	24.380	-	80.095

## 10. Obrigações com o Estado (ativo imobilizado)

A Administração da Associação adota como critério para reconhecimento de obrigação de longo prazo para com o Estado, o registro de valor equivalente ao montante líquido de seu ativo imobilizado vinculado ao Contrato de Gestão. O saldo da rubrica é aumentado em contrapartida de lançamento na rubrica de projetos a executar, sempre que há nova aquisição, e reduzido em contrapartida da rubrica de despesa de depreciação.

## 11. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos déficits/ superávits apurados anualmente.

Em caso de extinção ou desqualificação da Associação, seu patrimônio, legados ou doações, assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados integralmente ao patrimônio de outra Organização Social, qualificada no âmbito do Estado de São Paulo na mesma área de atuação, escolhida em Assembleia Geral e ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por estes alocados, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 846/98 e no Decreto Estadual nº 43.493/98.

## 12. Receitas operacionais

Descrição	2019	2018
Provenientes do poder público (Nota Explicativa nº 8.a)	8.183.235	9.055.539
Lei de incentivo (Nota Explicativa nº 8.b e c)	318.203	(2.627)
Aplicações financeiras	143.468	149.971
Taxas de inscrições (i)	498.590	435.903
Bilheterias (ii)	53.057	43.510
Doações (iii)	365	-
Outras receitas (iv)	114.195	118.436
<b>Total</b>	<b>9.311.113</b>	<b>9.800.732</b>

- (i)** Representada pelas taxas de inscrições em cursos de extensão;
- (ii)** Receitas provenientes da cobrança de ingresso para entrada no Museu;
- (iii)** Doações recebidas de diversas fontes durante o ano;
- (iv)** Representada substancialmente por vendas de produtos da loja.

## 13. Despesa com pessoal

Contrato de gestão	2019	2018
Salários	(2.062.609)	(2.127.125)
13º salário	(148.358)	(192.759)
Encargos sociais	(834.368)	(879.099)
Provisão de férias	(173.742)	(219.695)
Bolsa-auxílio	-	-
Vale-transporte	(36.573)	(34.298)
Rescisões	(72.045)	(143.953)
Vale alimentação e refeição	(355.240)	(350.488)
Outras despesas	(203.566)	(251.975)
<b>Total</b>	<b>(3.886.501)</b>	<b>(4.199.392)</b>

- (a) A SAMAS mantém atualizada e segue sua Política de Planos, Cargos e Salários (PCCS), como também os benefícios aos funcionários (vale alimentação, vale refeição e seguro assistência médica e odontológica), além de proporcionar cursos e workshops internos de qualificação e apoiar o aperfeiçoamento profissional de seus funcionários;
- (b) Para adequação à realidade orçamentária imposta pela Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa ao longo dos últimos 5 anos, a SAMAS realizou os cortes necessários em diversas áreas e ações, mas preservando a qualidade de suas atividades e ações propostas.

#### 14. Despesas com prestação de serviços

Contrato de gestão	2019	2018
Serviços prestados por pessoa jurídica	(1.152.683)	(940.863)
Serviços contábeis	(109.702)	(107.003)
Serviços de segurança	(610.053)	(783.801)
Total	<u>(1.872.438)</u>	<u>(1.831.667)</u>

#### 15. Despesas gerais e administrativas

Contrato de gestão	2019	2018
Materiais de consumo e outros	(172.834)	(184.579)
Locações	(585.281)	(558.720)
Serviços de água e esgoto	(104.900)	(104.635)
Energia elétrica	(124.539)	(133.710)
Telefonia	(35.810)	(37.658)
Outros	(288.619)	(326.079)
Total	<u>(1.311.983)</u>	<u>(1.345.381)</u>

#### 16. Programa de exposições e programação cultural

Contrato de gestão	2019	2018
Programa de edificação: conservação, manutenção e segurança	(422.242)	(1.035.383)
Programa de acervo: conservação, documentação e pesquisa	(18.680)	(18.966)
Programa de exposição e programações culturais	(753.557)	(549.180)
Programa de serviço educativo e projetos especiais	(22.796)	(14.815)
Programa de ações de apoio ao SISEM-SP	(4.546)	(1.958)
Despesas com a loja, bilheteria	(54.242)	(112.451)
Programa de comunicação	(290.304)	(64.547)
Total	<u>(1.566.367)</u>	<u>(1.797.300)</u>

##### (a) Programa de exposição e programações culturais

Ao longo do exercício de 2019, com a manutenção de profissionais cuja experiência contribui ainda mais com o trabalho da equipe do Museu e os esforços voltados em levar a cultura ao público através de exposições e programação cultural resultou na realização de 11 novas exposições e 8 eventos temáticos, em ambos os espaços do Museu, além daquela, de longa duração do acervo. O público visitante de 2019 foi de 64.723 (sessenta e quatro mil, setecentos e vinte e três) visitantes.

##### (b) Programa de ações de apoio ao SISEM-SP

A parceria com o Sistema Estadual de Museus (SISEM) corresponde a realização de 02 (duas) exposições itinerantes no interior de São Paulo, além de atividades como cursos, palestras e oficinas. O Museu realizou ao longo do ano, estágios técnicos com funcionários de diversos Museus do Estado, os participantes interagiram com as rotinas do Museu, desde a conservação e higienização das peças, até a inauguração de exposições.

## 17. Despesas com desenvolvimento de outras entidades

Em 22 de maio de 2017 foi assinado Termo de Cooperação entre a Associação Museu de Arte Sacra de São Paulo (SAMAS) e Instituto Paulista de Arte e Cultura (IPAC), que tem como finalidade a o desenvolvimento, gerenciamento e implantação de cursos educacionais e culturais, voltados as diversas áreas, complementando a já existente grade de cursos da SAMAS e no gerenciamento do Fundo Endowment do Estado de São Paulo, criado para captação de recursos junto a empresas que possibilitem o desenvolvimento de projetos dos Museus e Organizações de Cultura em São Paulo.

## 18. Partes relacionadas

A Associação possui transações com o Governo do Estado de São Paulo por meio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, nas quais são recebidos montantes para custear as atividades da Associação, além do recebimento de bens integrantes do ativo imobilizado. Dessa forma, parcela significativa dos ativos e das receitas da Associação estão relacionadas ao Contrato de Gestão com o Estado de São Paulo.

### Remuneração da Diretoria

Os diretores da Associação são estatutários, remunerados no regime pró-labore com FGTS. Os salários estão apresentados na rubrica "despesas de pessoal". Não há remuneração, direta ou indireta de conselheiros.

## 19. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Associação incluem, principalmente: caixa, bancos, aplicações financeiras, fornecedores e contas a pagar. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros aproximam-se dos seus valores de mercado. A Administração e a gestão desses instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, devidamente monitorados pela Administração da Associação.

## 20. Gestão de risco

### Considerações gerais e políticas

A Associação possui uma política formal para gerenciamento de riscos, cujo controle e gestão é responsabilidade da diretoria, que se utiliza de instrumentos de controle por meio de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos.

### Risco de liquidez

É o risco que a Associação irá encontrar em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A gestão prudente do risco de liquidez implica em manter caixa, aplicações financeiras suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

### Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento de valores contratados. O risco de crédito é reduzido em virtude de procedimentos de avaliação de contas correntes e aplicação financeiras mantidas em instituições financeiras.

### Risco de mercado

A Associação está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios.

## 21. Cobertura de seguros (não auditado)

A Administração da Associação adota a política de contratar cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidos por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura dos seguros, em valores, em 31 de dezembro de 2019, é assim demonstrada:

- Danos materiais: R\$ 4.552.000;
- Responsabilidade civil geral: R\$ 1.000.000.

A Associação não contrata seguros para o acervo de Obras de Artes, uma vez que não existe a comercialização desse tipo de seguro no mercado. Entretanto, a Associação segue rígidas rotinas técnicas constantes em seu Plano de Trabalho, no sentido de minimizar os riscos inerentes ao acervo.

## 22. Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

- Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN);
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre as receitas próprias.

A Associação Museus de Arte Sacra de São Paulo (SAMAS) conhece o que dispõe o artigo 3º da Lei nº 16.127/2015, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 16.757, de 14 de novembro de 2017, entendendo que as atividades materializadas em razão do Contrato de Gestão celebrado com o Governo do Estado de São Paulo não representam uma prestação de serviços, propriamente dita, mas uma extensão das ações do próprio Estado, de forma que não é devido o recolhimento de ISS (Imposto sobre prestação de serviços). Além disso, entende que a SAMAS é responsável pela gestão e operacionalização de equipamento cultural voltado à educação, devendo ser observada, nessa hipótese, a redação do artigo 150, inciso IV, alínea ‘c’ da Constituição Federal.

Os assessores jurídicos classificam as chances de questionamento e necessidade de recolhimento do imposto de “ISS” como possível. Em razão disso, não se tratam de hipóteses de provisão contábil.

Rogério Gerlah Paganatto  
Tec. Contabilidade  
CRC 1 SP 131.987/O-3

Luiz Henrique Marcon Neves  
Diretor de Planejamento e Gestão

José Carlos Reis Marçal de Barros  
Diretor Executivo